

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.508 - PR (2018/0334993-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : LÍDIO VICENTE DA SILVA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que deu provimento ao agravo em execução penal.

Sustenta o recorrente violação do art. 112, I, do Código Penal, ao argumento de que o termo inicial para a prescrição é o dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação.

Requer o provimento do recurso para que seja declarada a prescrição da pretensão executória do Estado.

Contrarrazoado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

A matéria, objeto de divergência, trazida no presente recurso, diz respeito ao termo inicial para a contagem do prazo para a ocorrência da prescrição da pretensão executória.

Manifestou-se o Tribunal *a quo*, acerca da questão, nos seguintes termos (fls. 69/73):

Já tive oportunidade de firmar o entendimento no sentido de que, se a execução está obstada, seja pelos motivos previstos nos artigos 116 e 117 do Código Penal, seja por causas outras, como, exemplificativamente, a suspensão da execução penal, nesse interregno, em que se encontrava impedido o órgão acusatório de promover a execução do julgado, não pode o MPF ser penalizado pela fluência do prazo prescricional fulminador da pretensão executória.

Colho o ensejo para transcrever, na sequência, trecho da manifestação exarada pelo então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, nos autos da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo 848.107/DF, na qual se discute controvérsia relativa à recepção do art. 112, I, do Código Penal, que prevê contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva a partir do trânsito em julgado para a acusação.

[...]

Tenho que carece de sentido lógico-processual onerar com a sanção prevista para a inércia, o órgão incumbido da acusação, quando este se encontrava impedido de promover a execução penal.

O Supremo Tribunal Federal - STF, além do recente julgado da 1ª Turma daquela Corte, acima colacionado pelo agravante, registra também os

seguintes julgados na mesma linha interpretativa:

[...]

Nessa linha, renovada a compreensão desta Relatora no sentido de que, quando impedido de promover a execução não pode o órgão acusatório ser onerado com o transcurso do prazo de prescrição da pretensão executória, também neste caso concreto, em que a condenação para ambas as partes somente transitou em julgado em 11/07/2016 (evento 1 - INIC1, pág. 7 da execução penal 50088816720174047005), **não pode o Ministério Público Federal, incumbido de promover a execução da pena, ver obstada a promoção da execução antes do transcurso do prazo prescricional cujo termo inicial é o trânsito em julgado para ambas as partes.**

É, portanto, de ser provido o agravo de execução penal interposto pelo Ministério Público Federal.

O acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória é o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, conforme previsto no art. 112, inciso I, do Código Penal. Nesse sentido:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. SIMPLES INCONFORMISMO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça o exame de matérias constitucionais no recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, por ser temática reservada à competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Não é possível, nos embargos declaratórios, promover inovações recursais incompatíveis com os limites do recurso especial interposto.

3. O art. 112, inciso I, do Código Penal deve ser interpretado de maneira literal, de forma que o termo inicial para o cálculo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da condenação para a acusação. O referido entendimento tem sido reafirmado de forma iterativa nesta Corte Superior tanto antes quanto após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n.º 126.292/SP.

4. Embargos declaratórios rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1710939/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 18/12/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DO LAPSO FATAL. MERO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA

ADMONITÓRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO DO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 112, inciso I, do Código Penal, o termo a quo da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para o órgão acusatório, e não para ambas as partes.

2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui marco interruptivo do lapso prescricional.

3. O mero comparecimento à audiência admonitória não configura início do cumprimento da pena, pelo que não pode ser considerado como marco interruptivo do prazo da prescrição executória.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1709794/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 09/11/2018).

Nos termos da sentença, transcrita no acórdão à fl. 61, o recorrente foi condenado a duas penas de 1 ano, em decisão que transitou em julgado para a acusação em 13/3/2013.

Assim, considerando que as referidas penas prescrevem em 4 anos, nos termos do art. 109, V, e 110, § 1º, do Código Penal e, sendo o termo inicial da contagem do prazo prescricional da pretensão executória a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, verifica-se que está prescrita a pretensão executória no presente caso.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença que reconheceu a prescrição da pretensão executória da pena.

Intimem-se.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator